

ARTIGO

Entre o Território e o Sofrimento: Racismo Ambiental e Saúde Mental da População Negra no Brasil

Between Territory and Suffering: Environmental Racism and the Mental Health of the Black Population in Brazil

Iverson Luan Ferreira Araújo*¹, Luiz Paulo Ribeiro¹¹Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

O racismo ambiental, expressão contemporânea do racismo estrutural, manifesta-se na segregação territorial e na distribuição desigual dos impactos ambientais, afetando desproporcionalmente comunidades negras no Brasil. Este estudo teve como objetivo identificar e analisar as produções científicas que exploram a intersecção entre racismo ambiental e saúde mental da população negra no país. Foi realizada uma revisão integrativa da literatura nas bases CAPES, LILACS, SciELO, PubMed e Scopus, no período de junho a julho de 2025, utilizando os descritores “Racismo Ambiental”, “Saúde Mental” e “População Negra”. Dos 45 estudos identificados, apenas quatro atenderam aos critérios de inclusão. Os resultados evidenciam que a literatura sobre o tema é escassa, concentrando-se em contextos de desastres ambientais, vulnerabilidade territorial e efeitos psicossociais, com destaque para quadros de depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e impactos interseccionais de raça, gênero e classe. Observou-se que a interseccionalidade é apontada como chave interpretativa para compreender a complexidade do adoecimento mental decorrente do racismo ambiental, embora sua aplicação prática em políticas públicas ainda seja incipiente. A análise aponta lacunas significativas de pesquisa, especialmente quanto à integração entre a determinação social, a saúde mental, a justiça ambiental e a equidade racial. Conclui-se que o fortalecimento de abordagens interdisciplinares e racializadas é fundamental para enfrentar o racismo ambiental e promover saúde mental integral e democrática para a população negra no Brasil.

Palavras-chave: Racismo Ambiental; População Negra; Saúde Mental.

Abstract

Environmental racism, a contemporary manifestation of structural racism, is expressed through territorial segregation and the unequal distribution of environmental burdens, disproportionately affecting Black communities in Brazil. This study seeks to identify and analyze scientific literature that examines the intersection between environmental racism and the mental health of the Black population in the country. An integrative literature review was conducted in the CAPES, LILACS, SciELO, PubMed, and Scopus databases between June and July 2025, using the descriptors “Environmental Racism,” “Mental Health,” and “Black Population.” Of the 45 studies initially identified, only four met the inclusion criteria. The findings indicate that the literature on this topic remains scarce and is largely concentrated on contexts of environmental disasters, territorial vulnerability, and psychosocial effects, with particular emphasis on depression, anxiety, post-traumatic stress disorder, and the intersectional impacts of race, gender, and class. Intersectionality emerges as a key analytical lens for understanding the complexity of mental distress linked to environmental racism, although its translation into public policy practice is still incipient. The analysis reveals significant research gaps, especially regarding the integration of social determinants, mental health, environmental justice, and racial equity. The study concludes that strengthening interdisciplinary and explicitly race-conscious approaches is essential to confronting environmental racism and promoting comprehensive and democratic mental health for the Black population in Brazil.

Keywords: Environmental racism; Black population; mental health.

*Autor de correspondência: ivson_maiakovskis@hotmail.com

Citar como: Araújo, I. L. F. & Ribeiro, L. P. (2025). Entre o Território e o Sofrimento: Racismo Ambiental e Saúde Mental da População Negra no Brasil. *Journal of Racial and Ethnic Social Equality*, 4(1), 25 – 20. <https://doi.org/10.55547/jjrese.v3i1.38>



Introdução

O pensamento e a prática político social brasileira têm procurado excluir a população negra de seus projetos de construção da nação, afirmando que existe uma divisão racial do espaço em nosso país, extremamente desvantajosa e com acentuada polarização para a população negra (Almeida; 2022). Sendo assim, o racismo articula-se com a segregação racial, a divisão espacial de raças em localidades específicas, como bairros, guetos e periferias (Almeida; 2019).

Essas visões, que se articulam e se complementam, ainda que baseadas na divisão ou na segregação da população negra, estão expressas no documento Princípios e Diretrizes para o Enfrentamento ao Racismo Ambiental no Brasil, elaborado em 2024 por organizações e movimentos sociais com trajetórias individuais e coletivas. Nele, evidencia-se como as desigualdades são produzidas e reforçadas a partir da criação de distinções entre territórios e comunidades, o que gera conflitos sociais e ambientais (Instituto de Estudos Socioeconômicos; 2024).

O racismo ambiental é evidenciado no Brasil, quando identificamos a marginalização territorial das populações negras, como consequência exposta por desastres, ausência de infraestrutura, degradação ambiental, promovidas a partir de exploração econômica de grandes empresas (Azarias et al.; 2025). Isso reforça a perpetuação do poder colonial nas relações sociais e territoriais (Herculano; 2008). Ou seja, a manifestação não se restringe a atos estruturais e sistêmicos, mas organiza qual população é exposta ao risco e qual se beneficia do crescimento econômico (Azarias et al.; 2025).

Acerca do racismo ambiental, Belmont (2023) ressalta que parte da exploração intensiva da vida e dos recursos naturais onera principalmente a população negra e sua relação com as lutas, a cura e a história ancestral das religiões de matrizes africanas, entendendo que a distribuição é realizada de forma desigual. Dessa forma, o racismo ambiental é apresentado como uma forma contemporânea de manifestação do racismo e da discriminação racial que marca a vida das pessoas negras em seus territórios. Sendo assim, é importante evidenciar quais interesses, grupos e forças socioeconômicas provocam e potencializam mudanças climáticas e crimes ambientais, gerando violências e vulnerabilidades à população negra, que já é historicamente violentada, empobrecida e vulnerabilizada (Belmont; 2023).

Em complemento, Borde e Torres-Tovar (2017) afirmam que o território não é só composto por caracterizações geograficamente físicas, como também de relações históricas, sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais, configurando um território que tem vida, saúde, morte, além de contradições e conflitos entre o poder hegemônico e as resistências nesses territórios de setores subalternos. Ascelrad, Mello e Bezerra (2009) reforçam que a categoria raça é um determinante da distribuição de rejeitos, fontes de contaminação, instalações perigosas, precária infraestrutura, condicionando a população negra a uma difícil mobilidade em razão da discriminação residencial, além de ressaltarem que o racismo ambiental é uma articulação de mercado para garantir a desigualdade territorial.

O racismo ambiental, além de destruir territórios e populações negras, reverbera na saúde, trazendo desigualdades nas condições sanitárias, de saúde, alimentação e exposições de risco e contaminantes, relacionados à interseccionalidade a partir dos marcadores de raça, classe e gênero (INESC, 2024). Ressaltamos que, na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, sediada em Durban (África do Sul) no ano 2001, o meio ambiente e sua relação direta com a saúde das populações negras já foi citado.

Por sua vez, acreditamos que a população negra é exposta constantemente ao estresse relacionado aos papéis sociais e as vivências de discriminações a partir do racismo (Smolen e Araújo, 2017). Ou seja, essa população também vivencia um impacto na subjetividade, no processo de sofrimento e adoecimento mental a partir do racismo, seja ele interpessoal,

institucional ou estrutural (Barbosa e Sampaio, 2023). Sendo assim, é relevante um olhar crítico e analítico sobre as condições de vida e saúde/saúde mental da população negra, considerando as mudanças climáticas e o racismo ambiental.

Com todo esse contexto, entende-se que o racismo ambiental possui multiplicidade de situações, exposições, riscos e efeitos sobre a saúde, atrelado às questões de saúde da população negra, imbricados com a interseccionalidade e agravando a saúde da referida população. Considerando essas relações já citadas, este artigo possui o objetivo de identificar o panorama das produções científicas que evidencia as intersecções entre a saúde mental da população negra e o racismo ambiental no Brasil.

Métodos

O presente estudo foi efetivado por meio de uma revisão integrativa da literatura, esse método é caracterizado pela síntese e reunião de resultados a partir de estudos em relação à temática escolhida, de forma sistemática e ordenada (Botelho et al.; 2011; Mendes et al.; 2008). Essa metodologia permite maior abrangência do estudo, com a inclusão simultânea de pesquisa experimental e quase-experimental, ampliando a combinação de resultados de estudos teóricos e empíricos, multiplicando as possibilidades de estudo (Cavalcante e Oliveira, 2020).

A coleta de dados foi realizada a partir do delineamento do problema e, posteriormente, por meio da estratégia PICO, acrônimo para Patient-Intervention-Comparison-Outcomes (Santos, Pimenta e Nobre, 2007). A questão de pesquisa foi: Quais as evidências científicas sobre o racismo ambiental e sua relação com saúde mental da população negra no Brasil? O estudo foi realizado entre os meses de junho e julho de 2025, tendo em vista as base de dados Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); Scientific Electronic Library Online (SciELO); PubMed e Scopus. A escolha dessas bases de dados justifica-se por terem diversas produções científicas, considerando vários formatos, como: livros, normas técnicas, artigos, além do acesso aberto e gratuito e abarcar produções brasileiras.

Na pesquisa foram utilizadas palavras-chaves: Racismo Ambiental, Saúde Mental e População Negra, utilizando as combinações e o operador booleano representado pelo termo conector “AND”. Os critérios de inclusão foram artigos que tratam as intersecções entre o racismo ambiental e a saúde mental da população negra no Brasil, podendo ser artigos primários (pesquisas originais) e outras produções disponíveis na íntegra nos idiomas inglês, português e espanhol. Já os critérios de exclusão foram pro-

Tabela 1. Seleção Inicial de Artigos

Banco de Dados	Palavras-chave / Descritores	n
CAPES	(Saúde Mental) AND (Racismo Ambiental)	4
	(Saúde Mental) AND (População Negra) AND (Racismo Ambiental)	2
SciELO	(Saúde Mental) AND (Racismo Ambiental)	0
	(Saúde Mental) AND (População Negra) AND (Racismo Ambiental)	0
LILACS	(Saúde Mental) AND (Racismo Ambiental)	36
	(Saúde Mental) AND (População Negra) AND (Racismo Ambiental)	3
PubMed	(Saúde Mental) AND (Racismo Ambiental)	0
	(Saúde Mental) AND (População Negra) AND (Racismo Ambiental)	0
Scopus	(Saúde Mental) AND (Racismo Ambiental)	0
	(Saúde Mental) AND (População Negra) AND (Racismo Ambiental)	0

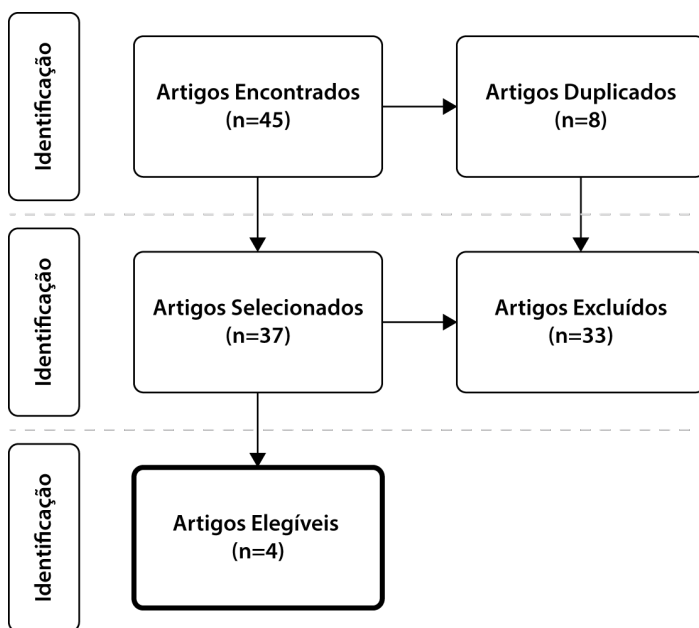


Figura 1. Fluxograma de Seleção.
Fonte: Page et al. (2021).

duções que abordavam outras temáticas, que não respondiam à questão direcionadora, ou que não articulavam, direta ou indiretamente, discussões sobre os temas mencionados anteriormente. Além disso, utilizamos o software web Rayyan Systems Inc. Este aplicativo auxilia o pesquisador na seleção dos estudos em métodos de revisões, é uma ferramenta ágil e eficaz de acordo com o cegamento feito pelo pesquisador (Ouzzani et al.; 2016).

A partir da busca nas bases de dados, foram encontradas um total de 45 publicações, dos quais 8 artigos eram duplicados, resultando em 37 artigos. Destes 33 artigos, a partir da leitura do título e do resumo, não atendiam aos critérios de inclusão e exclusão, sendo assim, 04 trabalhos foram selecionados.

Para apresentar a trajetória de seleção dos estudos, foi utilizado o fluxograma proposto pelas recomendações do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis (Page; 2021), como mostra a Figura 1.

Após a seleção, foi construído um quadro a partir dos dados extraídos, sendo eles: a) Título do Artigo; b) Autores c) Ano de publicação; d) Instituição do primeiro autor; e) Considerações. Em seguida, foram realizadas leituras das produções selecionadas, buscando identificar as interseções entre a saúde mental da população negra e o racismo ambiental no Brasil. Dessa forma, os textos foram analisados de modo transversal, à luz de referenciais associados às áreas identificadas, perpassando por reflexões sobre as evidências encontrada em relação a saúde mental da população negra com o racismo ambiental; as possíveis dificuldades e escassez de estudos e a potencialidade da interseccionalidade.

Resultados

Concluída a análise detalhada dos estudos selecionados, foram encontradas quatro produções científicas, selecionadas pelos critérios de inclusão previamente estabelecidos. Os resultados estão dispostos na Tabela 2.

Considerando o levantamento realizado no quadro, percebemos que a saúde mental da população negra possui interseção com o racismo ambiental. No entanto, para o período pesquisado, há um baixo número de

estudos realizados, sendo um achado importante para as discussões desse artigo. Além dessa baixa produção, com a leitura flutuante das produções foi identificada a importância da interseccionalidade. Assim, as discussões foram realizadas a partir de reflexões sobre as evidências encontradas em relação à saúde mental da população negra com o racismo ambiental; as possíveis dificuldades e escassez de estudos e a potencialidade da interseccionalidade.

Discussões

De acordo com Araújo, Godoi e Ribeiro (2024), quando olhamos para um cenário de mineração que acarreta dois rompimentos de barragens no estado de Minas Gerais, precisamos entender as relações raciais e sociais envolvidas. Os autores, em seu artigo e dentro desse contexto, informam que a população negra residente nos 27 municípios atingidos pelo desastre/crime sociotecnológico em Brumadinho é de aproximadamente 68%. Já em Mariana, no rompimento em 2015, entre a população atingida a porcentagem é de 84% de negros. Além do estudo evidenciar quem são as pessoas atingidas, traz dados em relação a saúde mental dessa população vinculados com os desastres, sendo: quadros depressivos e ansiosos, aumento da ocorrência de transtornos mentais, além do aumento do uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas, tentativas e suicídios e aumento da violência doméstica. O estudo ainda ressalta que os sintomas de TEPT (Transtorno de Estresse Pós-Traumático), depressivos, ansiosos, ideias de morte/automutilação e piora da qualidade de sono estão atrelados às questões de gênero, raça e classe, além disso, os diferentes sintomas psiquiátricos encontrados em Brumadinho estão acima da média percentual verificada na população brasileira.

Bizarria et al. (2024), reforçam que existe uma correlação entre racismo, injustiças ambientais e saúde mental, especialmente em grupos historicamente subalternizados, sendo que a distribuição social dos problemas de saúde mental, incluindo depressão e ansiedade, é influenciada por fatores, como raça, gênero e situação socioeconômica, ou seja, existe influência de fatores ambientais e culturais na saúde mental, a partir do racismo ambiental, seja na restrição espacial negra, ou na influência das experiências dessa população.

Levando em consideração o espaço e a influência das experiências da população negra a partir do racismo ambiental, Martins (2022) afirma que as mulheres negras estão mais expostas a vários índices, como analfabetismo, sobrecarga de cuidado com os filhos e idosos, estão em territórios menos assistidos por saneamento básico, coleta de lixo, energia, tendo como consequência a dificuldade no acesso ao ensino, a saúde e a cidade, ou seja, o racismo ambiental vem ancorado em decisões ambientais e planejamento urbano, promovendo destruição ecológica e explorando as vulnerabilidades da população negra.

Com isso, Martins (2022) reforça que as inseguranças decorrentes das condições socioeconômicas e ambientais degradantes vinculadas às violências e negligenciadas pelo Estado compõem fatores que impactam a saúde mental da população negra, levando ao sofrimento psíquico, em formas e intensidades diversas. Essas condições e violências são também reforçadas por Oliveira (2020), que indica que as cidades negam a existência dos quilombos durante a fundação, ocupando a cidade à margem, ou seja, uma territorialidade esquecida, isolada e colocada na periferia.

Nesse sentido, Martins (2022) relata que o racismo ambiental também é a negação dos corpos negros e quilombolas no espaço da cidade e de suas tradições, promovendo deficiências em todos os campos da vida social e humana, sobretudo na saúde. O adoecimento psíquico nos quilombos tem sido frequente, considerando os ataques, desapropriação de suas terras, a desvalorização de sua identidade étnica, produzindo ansiedades, depressão, tristeza, sentimentos de humilhação e persecutoriedades provocadas pelas populações distintas à população do quilombo, além disso, o estudo ainda reforça adoecimento mental de Jovens e adolescentes.

Tabela 2. Síntese de estudos sobre racismo ambiental e saúde mental

Título	Autor(es)	Ano	Instituição	Considerações
Racismo Ambiental e suas implicações para a Saúde Mental da População Negra	Martins, L. M. R.	2022	UFBA	Inclusão de gênero e raça na valorização das diversidades nas políticas públicas, como base fundamental para a superação da iniquidade e discriminação racial, de gênero e outras.
Racismo Ambiental na perspectiva Psico-Socioambiental: exercício analítico no contexto das contribuições de Enrique Leff	Bizarria, F. P. A., Sousa, I. P. S., Oliveira, M. S., Pinheiro, L. V. S., Barbosa, F. L. S.	2024	PUC/MG	Reforça-se a necessidade de intervenções culturalmente sensíveis, apoio comunitário e abordagens políticas mais amplas para promover a equidade na saúde mental.
Racismo ambiental, mineração e saúde mental da população negra	Araújo, I. L. F., Godoi, A. C. R. S., Ribeiro, L. P.	2024	UFMG	Entende-se que o conceito de racismo ambiental é promissor para a saúde, necessitando de novas articulações com as políticas existentes no Sistema Único de Saúde e outras mais que consigam ser efetivas para a diminuição dos agravos e para a coexistência e a resiliência de territórios saudáveis no Brasil.
Quilombos, racismo ambiental e formação em saúde e saúde mental: diálogos emergentes	Oliveira, R. M. S.	2020	UFRB	Racismo ambiental e quilombos são movimentos oposicionistas, onde o racismo ambiental invalida os créditos dos quilombos para o bem-estar da vida em sociedade.

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando essas intersecções citadas, é importante a intensificação de estudos que evidenciem a relação da saúde mental da população negra com o racismo ambiental. Exemplo disso é que de acordo com o Relatório Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (REDESCA) da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), nas enchentes do Rio Grande do Sul em 2024, houve desproporcionalidade dos impactos sobre grupos em situação de maior vulnerabilidade, incluindo meninas e mulheres, pessoas afrodescendentes, povos indígenas e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência, pessoas idosas, população LGBTQIA+, migrantes e refugiados, bem como trabalhadores e trabalhadoras rurais e informais (Comissão Interamericana de Direitos Humanos; 2025).

Narvaez (2025), em seu relato de experiência, ressalta que as populações vulneráveis, incluindo grupos de baixa renda e racializados, enfrentaram riscos agravados devido a desigualdades sistêmicas e políticas públicas inadequadas nas enchentes do Rio Grande do Sul, ou seja, é necessário intervenções específicas que considerem enfrentar esse cenário de violência racial. Nesse sentido, precisamos avançar em estudos e análises práticas e teóricas sobre essa estrutura que envolve o racismo ambiental e a saúde mental da população negra.

Desse modo, de acordo com Barbosa e Sampaio (2023), quando estamos falando de produções em relação a saúde mental da população negra, o número de produções permanece insuficiente, sendo perceptível a falta de conexão entre a categoria “raça” e a “saúde mental”, desvelando uma escassez de estudos que investiguem e reconheçam a relação existente entre raça e saúde mental, promovendo um descaso com o bem-estar mental da população negra. Ainda de acordo com as autoras, muitas pesquisas incluem a raça apenas como um dado sociodemográfico e, poucas vezes, como uma categoria de análise.

Ainda dentro desse processo existe a ineficiência do Estado envolto do racismo institucional e estrutural. De acordo com Ignácio e Mattos (2019), apesar das indicações já previstas na PNSIPN em 2009, o enfrentamento do racismo no campo da saúde mental tem resultado em poucas ações no cenário da Reforma Psiquiátrica e no SUS. É possível dizer que o Grupo de Trabalho Racismo e Saúde Mental, criado em 2014 pelo Ministério da Saúde foi um marco e uma tentativa de efetivamente tomar a saúde mental das populações negras como uma questão relevante, porém a viabilidade foi bem restrita e a curta duração do grupo, descontinuado em 2016, após

a exoneração do então coordenador da saúde mental, quase comprometeu o legado desse trabalho. Segundo Monteiro (2023) existe uma escassez em políticas públicas direcionadas ao combate do racismo ambiental e à proteção das comunidades mais vulneráveis, indicando lacunas na pauta da justiça ambiental e em relação ao racismo ambiental no Brasil.

Dessa maneira, quando olhamos para outras localidades, existem certas convergências. Conforme Santos (2022), os processos de mudanças climáticas na África estão resultando em estresse traumático e evoluindo para padrões psicopatológicos e psiquiátricos crônicos na população, além disso, existe uma falta de estudos psiquiátricos sobre transtornos mentais associados às mudanças climáticas no contexto africano, reforçando a necessidade de estudos mais complexos e robustos em vários lugares no mundo.

Em relação ao racismo ambiental e saúde mental da população negra, segundo Bizarria et al. (2024), existe uma descontextualização ao não considerar a interseção entre esses temas e a racionalidade ambiental. Ele ressalta que existe uma lacuna significativa na integração dessas discussões, fazendo com que os estudos só foquem nos impactos diretos e imediatos do racismo sistêmico sobre a saúde, não avançando em debates favoráveis à compreensão dos processos psicossocioambientais de forma racializada.

Nesse sentido, os quatro artigos elegíveis trazem um caminho possível para ampliação do processo de compreensão em relação ao racismo ambiental e a saúde mental da população negra: a interseccionalidade. Segundo Ignácio e Mattos (2019), a interseccionalidade mostra os efeitos de diversas formas de opressão e de discriminação, matizando diferentemente a experiência da dor. Isso constrói uma perspectiva para a ideia de integralidade: uma compreensão do sofrimento do(a) outro(a) contextualizada nas diversas formas de exercício de discriminação que o(a) atravessam.

Em complemento, Vieira e Torrenté (2025) reforçam que a interseccionalidade permite um olhar aguçado sobre as tramas sociais que se relacionam com a construção do ser saudável, mais especificamente para a saúde mental, atua como uma ferramenta que auxilia na aproximação da compreensão da subjetividade e potencializa reflexões sobre quem realmente é um indivíduo marcado pelas relações simbólicas que se constroem, ratificam-se e se reificam ao longo do tempo, à medida que ocupa (ou desocupa) espaços e papéis sociais.

Conclusão

Este estudo identificou que a produção científica brasileira que aborda de forma articulada o racismo ambiental e a saúde mental da população negra ainda é escassa e concentrada em poucos contextos, como desastres ambientais e conflitos territoriais. Apesar da limitação do número de trabalhos, as evidências analisadas demonstram que o racismo ambiental atua como determinante direto e estruturante do sofrimento psíquico, articulando-se com desigualdades históricas de raça, gênero, classe e território.

A interseccionalidade emerge como eixo analítico central, permitindo compreender as opressões e discriminações que moldam a experiência de saúde mental em comunidades negras. Contudo, sua aplicação prática nas políticas e serviços de saúde mental permanece incipiente, limitando o alcance de ações preventivas e de cuidado no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e das políticas de justiça ambiental.

O enfrentamento do racismo ambiental como determinação social da saúde requer não apenas a ampliação da produção acadêmica crítica e interdisciplinar, mas também a construção de políticas públicas que incorporem uma perspectiva racializada e territorializada da saúde mental. Isso implica reconhecer e valorizar saberes comunitários, fortalecer ações intersetoriais e garantir que populações negras tenham acesso equitativo a ambientes saudáveis e a serviços de cuidado integral.

A análise dos quatro estudos selecionados evidencia que o racismo ambiental e a saúde mental da população negra estão profundamente interligados, ainda que essa relação seja pouco explorada na literatura brasileira. Nos diferentes contextos abordados (desastres ambientais, mineração, vulnerabilidade quilombola e reflexões teóricas) emergem padrões comuns: maior exposição da população negra a riscos ambientais, negligência estatal na garantia de direitos e condições dignas de vida e prevalência de agravos psicológicos como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático e sentimentos de humilhação e perda de identidade. Apesar das especificidades de cada território e situação, os trabalhos convergem na compreensão de que essas vulnerabilidades não são acidentais, mas estruturadas por dinâmicas históricas de desigualdade racial, de gênero e de classe.

Outro ponto de convergência é o reconhecimento da interseccionalidade como ferramenta central para compreender e enfrentar os impactos do racismo ambiental sobre a saúde mental. Essa abordagem permite integrar as diferentes dimensões de opressão e discriminação que atravessam a vida da população negra, revelando como o território, as relações de poder e as condições socioeconômicas influenciam o sofrimento psíquico. No entanto, os achados também expõem lacunas importantes: a interseccionalidade raramente é aplicada de forma prática nas políticas públicas e a saúde mental, quando considerada, ainda é tratada sob um viés predominantemente sintomatológico. Avançar nesse campo exige ampliar a produção acadêmica crítica, fortalecer ações intersetoriais e construir políticas que articulem justiça ambiental e equidade racial como princípios estruturantes do cuidado em saúde mental.

Assim, este trabalho contribui para evidenciar a urgência de integrar justiça ambiental e equidade racial na agenda da saúde mental coletiva, reforçando que o conhecimento científico pode ser aliado estratégico das lutas sociais por direitos, dignidade e bem-viver da população negra no Brasil.

Referências

- Acselrad, H., Mello, C. C. A. and Bezerra, G. d. N. (2009). O que é justiça ambiental?
- Almeida, M. (2022). *Devir Quilomba: antirracismo, afeto e políticas nas práticas de mulheres quilombolas*, Elefante.
- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*, Pólen Livros.
- Araújo, I. L. F., Godoi, A. C. R. d. S. and Ribeiro, L. P. (2024). Racismo ambi-

- ental, mineração e saúde mental da população negra, *Cadernos de Saúde Pública* 40(6): e00045324.
- Azarias, C. R., Azarias, N. R., Oliveira, N. M. M. and Nunes, N. C. S. (2025). Racismo ambiental no Brasil: desafios históricos e contemporâneos para a justiça ambiental e a formulação de políticas públicas, *Revista Eletrônica Amplamente* 4(2): 439–456.
- Barbosa, E. C. and Sampaio, J. V. (2023). Saúde mental da população negra no Brasil: revisão integrativa, *Psicologia Argumento* 1(115).
- Belmont, M. (2023). *Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil*, Instituto de Referência Negra Peregrum.
- Bizarria, F. P. A., Sousa, I. P. S., Oliveira, M. S., Pinheiro, L. V. S. and Barbosa, F. L. S. (2024). Racismo ambiental na perspectiva psico-socioambiental: exercício analítico no contexto das contribuições de Enrique Leff, Publicado no ResearchGate.
- URL: <https://www.researchgate.net/publication/386327467>
- Borde, E. and Torres-Tovar, M. (2017). El territorio como categoría fundamental para el campo de la salud pública, *Salud em Debate* 41(spe2): 264–275.
- Botelho, L. L. R., Cunha, C. C. A. and Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais, *Gestão e Sociedade* 5(11): 121–136.
- Cavalcante, L. T. C. and Oliveira, A. A. S. (2020). Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos, *Psicologia em Revista* 26(1): 83–102.
- Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2025). Impactos das enchentes no rio grande do sul: observações e recomendações para a garantia dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais – relatório da visita de trabalho da rede sca ao Brasil, https://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/2025/INFORME_REDESCA_BRASIL_PT.pdf.
- Herculano, S. (2008). A dimensão ambiental do racismo, in S. Herculano (ed.), *Justiça ambiental e cidadania*, Relume Dumar, pp. 29–46.
- Ignácio, M. V. M. and Mattos, R. A. (2019). O grupo de trabalho racismo e saúde mental do ministério da saúde: a saúde mental da população negra como questão, *Salud em Debate* 43(spe8): 66–78.
- Instituto de Estudos Socioeconômicos (2024). Princípios e diretrizes para o enfrentamento do racismo ambiental no Brasil, *Technical report*.
- Martins, L. M. R. (2022). Racismo ambiental e suas implicações para a saúde mental da população negra, *Brazilian Journal of Case Reports* 2(supl. 3): 605–612.
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. C. P. and Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem, *Texto & Contexto Enfermagem* 17(4): 758–764.
- Monteiro, R. R. e. a. (2023). Racismo ambiental, justiça ambiental e mudanças climáticas no Brasil: uma análise dos relatórios anuais dos objetivos de desenvolvimento sustentável, *Revista Em Favor de Igualdade Racial* 6(3): 117–132.
- Narvaez, J. C. M. e. a. (2025). Relato de experiência: intervenções em saúde mental durante as enchentes de 2024 no rio grande do sul, Brasil, *International Journal of Social Psychiatry*.
- Oliveira, R. M. S. (2020). Quilombos, racismo ambiental e formação em saúde e saúde mental: diálogos emergentes, *ODEERE: Revista Internacional de Relações Étnicas* 5(10).
- Ouzzani, M., Hammady, H., Fedorowicz, Z. and Elmagarmid, A. (2016). Rayyan: a web and mobile app for systematic reviews, *Systematic Reviews* 5(1): 210.
- Page, M. J. e. a. (2021). The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews, *BMJ* 372: n71.
- Santos, C. M., Pimenta, C. A. and Nobre, M. R. (2007). The PICO strategy for the research question construction and evidence search, *Revista Latino-Americana de Enfermagem* 15(3): 508–511.
- Santos, M. (2022). Climate change and mental health within the African context, *Int Rev Psychiatry* 34(5): 510–512. PMID: 36165751.
- Smolen, J. R. and Araújo, E. M. (2017). Raça/cor da pele e transtornos

mentais no brasil: uma revisão sistemática, *Ciência & Saúde Coletiva* 22(12): 4021–4030.

Vieira, V. M. S. A. and Torrenté, M. O. N. (2025). Saúde mental e interseccionalidade entre estudantes em uma universidade pública brasileira, *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* 26: e210674.

Autores

Ivson Luan Ferreira Araújo*

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Doutorando em Saúde Pública (FM-UFMG), mestre em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência (FM-UFMG), especialista em Saúde Mental (URCA), graduado em Enfermagem (UNINOVE) e Assessor Técnico de Nível Superior Sênior (AEDAS-MG).

E-mail: ivson_maiakovskis@hotmail.com

 <https://orcid.org/0009-0007-8900-2166>

Luiz Paulo Ribeiro

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Doutor em Educação (FaE-UFMG), mestre em Promoção da Saúde e Prevenção da Violência (FM-UFMG), é graduado em Psicologia (PUC Minas) e Professor Adjunto no Departamento de Ciências Aplicadas à Educação (DECAE - FaE - UFMG).

E-mail: luizribeiro@live.com

 <https://orcid.org/0000-0002-4278-7871>

* Autor de correspondência.